



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,**  
**ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**GABINETE**

E.M.

Nº. /2016-GAB/SEPLAG

Brasília, de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2017”, em cumprimento aos artigos 149, §3º, 150, §2º, e 168 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Constituição Federal, em seu art. 165, bem como a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 149, estabelecem que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO tem por objetivo definir normas orientadoras para a elaboração e execução dos orçamentos; fixar as metas e prioridades da administração pública; e fixar as metas e projeções fiscais para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes, desdobradas em receita e despesa, resultados primário e nominal e estoque da dívida pública consolidada e líquida. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF determina que a LDO disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Dessa forma, a LDO traz importantes orientações que refletirão nos aspectos orçamentários, financeiros, contábeis, patrimoniais, na política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, nas alterações da legislação tributária e na descrição de possíveis riscos fiscais que possam afetar as contas públicas do Governo do Distrito Federal no exercício de 2017 e os seguintes.

Atendendo ao princípio da transparência, detalhado no art. 48 da LRF, esta Secretaria de Estado promoveu a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar para a sociedade o processo de elaboração do Orçamento de 2017.

Para fins de apuração das metas fiscais constantes da LDO, foram considerados somente o orçamento fiscal e o da seguridade social, na forma do art. 2º da LRF. Por conseguinte, as programações relativas a investimentos das Empresas Estatais não dependentes de recursos do Tesouro para sua manutenção e funcionamento não fazem parte do rol de valores e metas constantes desta Lei.

Na apuração das despesas a serem assumidas pelo Tesouro do Distrito Federal foram levadas em conta as projeções para os gastos das áreas de segurança pública, saúde e educação, custeadas com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, na forma da Lei nº 10.633/2002. Para o exercício de 2017, ficou mantida a decisão de que os recursos da União destinados para a educação e saúde serão repassados e contabilizados no sistema próprio do Governo do Distrito Federal.

O valor a ser repassado é atualizado de acordo com a variação verificada na Receita Corrente Líquida – RCL da União no período de julho do exercício anterior a junho deste exercício. As projeções apontam para uma expectativa de crescimento de 5,69% em relação aos valores aprovados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, resultando em um montante de R\$ 12.700.899.243 (doze bilhões setecentos milhões oitocentos e noventa e nove mil duzentos e quarenta e três reais), que poderá ser alterado quando do fechamento da apuração da RCL da União no mês de junho de 2016.

A projeção da receita total do Distrito Federal foi de R\$ 31,49 bilhões, composta pela receita corrente de R\$ 28,85 bilhões e de capital R\$ 2,64 bilhões. A este montante são acrescidos os valores transferidos pelo Fundo Constitucional, relativos à área de Segurança Pública, da ordem de R\$ 7,93 bilhões para pessoal, manutenção e investimento.

Para a fixação da despesa de pessoal no exercício de 2017, levou-se em conta a apuração da folha de pagamento, ajustada com base no mês de março de 2016, atualizadas pelo crescimento vegetativo de 3,6% ao ano, acrescida das previsões para despesas com terceirização de mão de obra, indenizações trabalhistas, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores e ressarcimentos pela requisição de servidores. A despesa de pessoal e encargos sociais soma R\$ 21 bilhões.

Neste montante estão incluídas as despesas autorizadas a sofrerem acréscimos (constantes do Anexo IV), relacionadas nomeações decorrentes de concursos públicos. A despesa de pessoal a ser custeada com recursos do Tesouro local leva em conta o montante relativo à despesa das áreas de Educação e Saúde não suportada pelo Fundo Constitucional.

O valor destinado à Reserva de Contingência, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017, é de R\$ 639 milhões, à razão de 3% da RCL do período, podendo atingir o mínimo de R\$ 213 milhões, 1% da RCL, no momento de aprovação da LOA.

As despesas de manutenção e funcionamento da administração pública estão previstas em R\$ 7,11 bilhões. Cumpre mencionar que existem medidas em curso para contenção dessas despesas, como por exemplo, a redução dos aluguéis e as revisões sistemáticas dos orçamentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

O montante relativo a investimentos teve que ser reduzido em relação ao previsto para 2016, visando refletir o cenário de ajustes fiscais demandado pela conjuntura macroeconômica. Assim, para o exercício de 2017, essas despesas estão estimadas em R\$ 1,85 bilhão.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017 apresenta melhorias e avanços, contemplando, dentre outros aspectos, a:

- a) Inclusão de sugestões advindas da sociedade, por meio de audiência pública presencial e virtual;
- b) Economicidade de recursos ao disciplinar a publicação dos anexos do PPA, da LDO e da LOA no sítio da SEPLAG/DF na internet; e
- c) Maior organização e clareza no texto da lei, objetivando ampliação da eficácia no cumprimento dos seus dispositivos.

Diante dessas considerações e levando em conta a importância desse instrumento de planejamento, que dá início efetivo ao processo de elaboração da proposta orçamentária do Governo do Distrito Federal para o exercício de 2017, submetemos o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 à Câmara Legislativa do Distrito Federal, cumprindo o prazo estabelecido no art. 150, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

**LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão